

FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO EM MINAS GERAIS: O TRABALHO DOCENTE NA ERA DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Marina Ferreira de Souza Antunes *

Resumo: O presente texto aborda a temática da formação continuada em serviço de professores e a utilização das Tecnologias Informacionais de Comunicação e a Educação a Distância como recursos para essa formação. Utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental, bem como da aplicação de questionário e entrevistas para a coleta de dados. Afirmamos que no governo Aécio Neves, por meio da reforma do Estado denominada de “Choque de Gestão”, são acirrados os elementos do gerencialismo. Identificamos uma forte presença dos sistemas empresariais, presentes na linguagem utilizada nos discursos governamentais: eficiência, eficácia e qualidade; e a reconfiguração do trabalho docente, marcado por processos que resultaram em sua intensificação.

Palavras-chave: Formação docente. Tecnologias Informacionais de Comunicação. Intensificação do trabalho docente.

CONTINUOUS FORMATION AT SERVICE IN THE STATE OF MINAS GERAIS: THE WORK OF THE TEACHER IN THE TECHNOLOGICAL INNOVATION ERA

Abstract: The present text approaches the thematic of continuous formation at the service of teachers and the use of Technologies for Communication Information and Distance Education as resources for this formation. Bibliographic and documental research was used, as well as the application of questionnaire and interviews for data collection. We state that at Aécio Neves' state government, through the State renovation called “Management Shock”, the elements of managerialism are tough. We identify a strong presence of business systems present in the language used in governmental speeches: effectiveness, efficiency and quality; and the teachers' work reconfiguration, marked by processes that resulted in its intensification.

Keywords: Teachers' Formation. Technologies of Communication Information. Teachers' work intensification.

Introdução

O presente texto apresenta um recorte da tese de doutorado que foi desenvolvida no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora – PPGE/UFJF, cujo objetivo geral foi analisar o programa de formação continuada de professores em Minas Gerais e seus efeitos na prática pedagógica dos/das professores/as; no escopo do Projeto Escolas Referência – PROJER. Aborda, de maneira específica, a temática da formação continuada em serviço de professores e a utilização das Tecnologias Informacionais de Comunicação (TICs) e a Educação a Distância (EaD) como recursos para essa formação.

Para consecução dessa pesquisa utilizou-se da pesquisa bibliográfica e

pesquisa documental. Como técnica de coleta dos dados empíricos foram utilizados o questionário e a entrevista. Para manter o anonimato¹ dos(as) professores(as) pesquisados(as), esses(as) serão tratados(as) como Cn. A letra “C” indica que o(a) entrevistado(a) foi coordenador(a) de Grupo de Desenvolvimento Profissional – GDP (metodologia adotada pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais – SEEMG, para a formação continuada em serviço no âmbito do PROJER), e “n” indica o número que esse(a) coordenador(a) recebeu após a transcrição da entrevista. Identificamos 105 coordenadores(as), conseguimos encontrar-nos com 63 pessoas que foram ou são coordenadores(as) de GDP; desses, 56 responderam ao questionário e 43 gravaram entrevista e sete não quiseram responder ao questionário.

O Estado de Minas Gerais, por meio da SEEMG, tem enfatizado a formação continuada em serviço dos(as) professores(as), haja vista o programa ProQualidade que se materializa no Programa de Capacitação de Professores – PROCAP – realizado nos anos 90 do século XX. Esta formação se consolidou ao longo desses anos e se efetivou via, por exemplo, a criação do Centro de Referência do Professor, que posteriormente se tornou um centro virtual – CRV. A própria SEEMG salienta que o Projeto de Desenvolvimento Profissional – PDP – foi pensado a partir de experiências bem sucedidas desenvolvidas na década de 1990, como por exemplo, o PROCAP, o Projeto Veredas e o Programa de Capacitação de Diretores – PROCAD.

Nesse texto apresentamos, inicialmente, um panorama do modelo de Estado adotado por Aécio Neves, denominado de “Choque de Gestão”, fortemente marcado pela adoção do gerencialismo. Em seguida, apresentamos uma discussão sobre a formação continuada em serviço e o uso das TICs na reconfiguração do trabalho docente. Utilizamos as falas dos sujeitos da pesquisa para ilustrar a utilização das TICs no modelo de formação continuada em serviço adotado no “Choque de Gestão”. Na conclusão, apontamos para o processo de intensificação do trabalho docente como resultante da implementação da política de formação continuada de professores e professoras no contexto do “Choque de Gestão”.

O “Choque de Gestão” em Minas Gerais

A incessante busca pela qualidade, por meio da eficiência, efetividade e

eficácia, que foi a marca dos governos dos anos de 1990 em Minas Gerais, toma novo fôlego na gestão Aécio Neves (2003 – 2010) para enfrentar os graves problemas administrativos, que de acordo com Anastasia (2006) não eram resultados somente da ineficiência dos governos anteriores, mas consequência de “[...] uma soma perversa de fatores negativos, todos eles vinculados à noção de uma gestão pública não voltada para os resultados [...]” (ANASTASIA, 2006, p. 14).

Para superar essa ineficiência, Aécio Neves adotou em seu programa de governo o denominado “Projeto Choque de Gestão”, com propostas que objetivavam a reformulação da gestão estadual. Em função da “draconiana situação a ser enfrentada”, conforme afirmou Anastasia,

[...] surgiu a idéia de um choque, ou seja, um conjunto de medidas de rápido impacto para modificar, de vez, o padrão de comportamento da Administração Estadual, imprimindo-lhe um ritmo consentâneo com a contemporaneidade própria de uma gestão eficiente, efetiva e eficaz. [...] Surgia, assim, o Projeto Choque de Gestão, linha condutora principal do programa governamental para Minas Gerais. (ANASTASIA, 2006, p. 15).

Esse projeto visava, entre outras metas, impingir no funcionalismo público estadual mineiro uma nova cultura comportamental, na busca de obtenção do desenvolvimento social e o estabelecimento de critérios objetivos para mensurar o desempenho dos resultados das ações governamentais. Ações essas que o governo nominava de “moderna concepção de funcionamento do Estado”, para qual foi criada, inclusive, uma secretaria – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG². Para os idealizadores do projeto, nessa nova secretaria figurava a seguinte concepção:

[...] a necessidade de se concentrar, sob um único comando, todas as ações relativas ao Projeto, ou seja, os instrumentos vinculados ao planejamento: orçamento anual e plurianual, planificação de médio e longo prazo, coordenação geral das ações governamentais, bem como os instrumentos vinculados à gestão em sentido estrito: recursos humanos, governança eletrônica³, logística. (ANASTASIA, 2006, p. 17).

Com total apoio do legislativo, não foi difícil elaborar e aprovar todo um arcabouço de ordenamentos legais para implementar as medidas decorrentes desse projeto, principalmente no aspecto relativo a alcançar “os resultados e metas” estabelecidos e implantar o “Choque de Gestão”. Para se ter ideia desse apoio, a

assembleia legislativa de Minas Gerais aprovou o dispositivo utilizado pelo governador, que lhe dá pleno poder para legislar, e logo no primeiro mês de governo foram editadas “um conjunto de 63 leis delegadas.” (VILHENA; MARTINS; MARINI, 2006, p. 47). Indicativo da concentração do poder de decisão nas mãos do executivo em detrimento do legislativo.

A equipe governamental classifica a reforma do governo Aécio Neves como sendo de “segunda geração”, que se diferencia da “primeira geração” (anos 1980 e 1990) a qual tinha uma “orientação essencialmente econômica e fiscal.” (VILHENA; MARTINS; MARINI, 2006, p. 27). De acordo com esses autores, a reforma de segunda geração é uma marca do início do século XXI, que se caracteriza pela busca da promoção do desenvolvimento “na perspectiva da governança social, buscando-se fortalecer Estado, mercado e terceiro setor para a geração concentrada de resultados.” (VILHENA; MARTINS; MARINI, 2006, p. 27). Ao proporem um modelo de desenvolvimento no qual o Estado age como catalisador e facilitador das parcerias entre a sociedade civil, o mercado e o próprio Estado, buscando a eficiência e eficácia das ações e resultados, esses autores coadunam com os ideais do Banco Mundial (BM) traçados nos anos de 1990, para os países em desenvolvimento.

Dessa forma, o “Choque de Gestão” combina medidas de ajuste fiscal com iniciativas voltadas para a promoção do desenvolvimento econômico, social e sustentável, conforme seus idealizadores.

Em curto prazo, o governo tratou da incorporação do marco regulatório desenvolvido no Ministério da Administração e Reforma do Estado – MARE, na reforma do Estado brasileiro; englobando a estrutura organizacional do estado, a política de logística e patrimônio, a gestão de recursos humanos e a incorporação do uso das Tecnologias Informacionais de Comunicação – TICs. Para implementar o projeto, especificamente na área educacional, era necessário formar os(as) professores(as) nessa perspectiva do “Choque de Gestão”.

A formação de professores e o uso das TICs: reconfiguração do trabalho docente

A Constituição do Estado de Minas Gerais é quase omissa em relação à formação continuada em serviço de professores(as); faz uma pequena menção em seu artigo 196, inciso décimo relacionando a formação continuada, ou o termo que é

utilizado “reciclagem”, com a promoção da qualidade do ensino. O referido artigo diz que “[...] a garantia do padrão de qualidade, mediante: [...]; b) condições para a reciclagem periódica pelos profissionais de ensino.” (MINAS GERAIS, 2007b).

A formação continuada em serviço ganhou destaque ao longo desses anos, haja vista a quantidade de projetos e programas que foram desenvolvidos como, por exemplo, o PROCAP, o PROCAD e o VEREDAS, na década de 1990 e início dos anos 2000. Por fim a SEEMG criou uma Rede Mineira de Formação de Educadores da Rede Pública, por meio do Decreto 44.959 de 24 de novembro de 2008. De acordo com esse decreto:

Os programas e cursos estarão voltados à preparação dos profissionais do magistério e dos gestores da educação básica, permitindo-lhes ampliar os conhecimentos sobre os campos de atuação, executar suas atribuições de forma adequada e enfrentar os desafios da atividade profissional. (SEEMG, 2008, p. 2).

O decreto diz ainda que a Rede Mineira de Formação de Educadores “[...] poderá desenvolver programas de atualização, aperfeiçoamento, graduação, especialização ou mestrado profissional, nas modalidades presencial ou a distância.” (SEEMG, 2008). Ou seja, a política de formação continuada é ampliada, pois até então os projetos que haviam sido desenvolvidos visavam a formação em serviço e certificação. Com essa rede, o Estado preconiza também a formação lato senso e strictu senso, a partir da SEEMG.

Para a secretária de educação, Vanessa Guimarães Pinto, a Rede Mineira de Formação de Educadores foi desenvolvida no âmbito dos novos ordenamentos legais; como por exemplo, “A Lei 15.293/2004, que instituiu as carreiras dos profissionais da educação básica de Minas Gerais” e “tornou realidade uma reivindicação histórica dos educadores.” (SEEMG, 2009a). As modificações trazidas por essa lei exigiram uma reorganização da secretaria em termos de desenvolvimento de projetos que visem a formação continuada. De acordo com a secretária:

Esse conjunto de qualidades novas torna esses planos inovadores e capazes de oferecer uma perspectiva inteiramente nova para o desenvolvimento profissional dos servidores da educação básica que, a partir de agora, poderão, com maior grau de liberdade, desenhar sua própria trajetória profissional, apoiada pelas iniciativas do sistema permanente de formação continuada da Secretaria de

Educação. Desde 2003, vários projetos e programas de formação vêm sendo ou já foram desenvolvidos, como o Projeto Veredas, o Programa de Desenvolvimento Profissional (PDP), o Programa de Capacitação de Professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em Ciências e Matemática (PROCIÊNCIAS), o Curso de Capacitação de Professores para o Ensino de Informática, a Capacitação de Professores para o Ensino dos CBC - Currículo Básico Comum. Atualmente, está em fase de implantação a Rede Mineira de Formação de Educadores. (SEEMG, 2009a, p. 1).

Essa rede se consolidou apenas em 2011, quando o governador, Antônio Anastasia, dando seguimento a esse processo, promulgou a Lei Delegada nº 180, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado; promovendo mudanças na estrutura orgânica básica da SEEMG, e no artigo 178, inciso XII, menciona a criação de uma Escola de Formação de Educadores com a seguinte estrutura:

- [...] XII – Escola de formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores:
- a) Coordenadoria de programas de Formação e Desenvolvimento Profissional;
 - b) Coordenadoria de Certificação Ocupacional;
 - c) Coordenadoria de Ensino; e
 - d) Secretaria Geral [...] (MINAS GERAIS, 2011b, p. 110).

Em junho de 2011 foi aberto um edital de credenciamento das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas ou privadas, para comporem a Rede Mineira de Formação de Educadores (SEEMG, 2011a).

A escola recebeu o nome de MAGISTRA⁴, e além de objetivar promover a formação e capacitação de educadores, visava também:

[...] ao fortalecimento da capacidade de implementação de políticas públicas de educação. Sua proposta de formação e de desenvolvimento profissional se estabelece na perspectiva de reafirmar a interface educação/sociedade e vinculando-a aos conceitos de diálogo, integração, articulação, convergência, experimentação e inovação. (SEEMG, 2012, p. 1).

Ainda de acordo com o site da SEEMG, essa escola pretende propor projetos e cursos a partir de “demanda de necessidades regionalizadas”. Destaca-se que a “Sua concepção pedagógica é diferenciada, pois foge ao padrão hegemônico. Parte da premissa de que o processo de aprendizagem é mais relevante do que conteúdos previamente selecionados.” (SEEMG, 2012, p. 1). O hegemônico, nesse

caso, é considerado o modelo que vem sendo adotado nas iniciativas de formação continuada que se pautam “[...] pela atuação com grupos representativos de docentes, com vistas a que se transformem, ao retornar para seus logradouros, em agentes multiplicadores em sua escola.” (SEEMG, 2012, p. 1).

Vale ressaltar que esse foi o modelo adotado pelo PDP, ao “capacitar os/as coordenadores/as de GDP”, para que repassassem ao grupo as instruções recebidas, tanto no processo de elaboração dos Currículos Básicos Comuns – CBC, como no desenvolvimento dos projetos nas escolas; modelo que não foi regionalizado, mas, pelo contrário, centralizado na capital mineira. Os(as) coordenadores(as) de GDP, ao avaliarem os encontros realizados em Belo Horizonte, ressaltaram esses aspectos questionando a “não regionalização” e explicitando o caráter de multiplicador que era dado ao(a) coordenador(a).

Os encontros em BH foram várias reuniões de capacitação, foi interessante. Tinham blocos, tipo “workshops”, nós nos separávamos por disciplina, tinham os palestrantes e nós trocávamos ideias, só que tinha uma discrepância... tem turma que não tem a mesma realidade nossa aqui... por exemplo, a realidade lá do norte de Minas não é a mesma realidade daqui... E nós questionamos também porque nós temos a UFU, com profissionais muito bons, e a capacitação poderia ser feita aqui... por que lá? Questão política... (C13).

[...] Só que era muito cansativo porque você viajava mais de 8 horas de ônibus, chegava lá mal tinha tempo de descansar e tinha que participar das reuniões. Então o cansaço impedia o aproveitamento da reunião. Na minha opinião, nesse sentido, eu acho que foi um pouco prejudicial. Mas, lógico, diante do esforço de cada um tentou-se aproveitar o máximo possível. No meu grupo de educação ambiental eu acho que foi de suma importância. E a cada encontro que acontecia, nós voltávamos para casa com uma bagagem melhor, e depois reuníamos com os colegas da escola no sentido de repassarmos esse aprendizado a todos os colegas da escola, para que fosse multiplicada esta ideia. (C28).

A SEEMG faz questão de salientar que o PDP “[...] não se resume a mais um curso de capacitação.” (SEEMG, 2006, p. 20), e destaca esse projeto como elemento essencial na profissionalização do educador; pois o mesmo foi concebido como “[...] investimento na dimensão pessoal, aliado à constituição de ambientes escolares abertos à inovação e às novas tecnologias.” (SEEMG, 2006, p. 20). Para a SEEMG, o PDP “[...] articula um conjunto de ações e estratégias destinadas à construção de conhecimento e à qualificação profissional de educadores tendo em vista promover a consciência profissional e aprimorar a qualificação técnico-pedagógica dos

participantes.” (SEEMG, 2006, p. 20).

Silva (2010) investigou o CRV, no escopo de portal educacional, principalmente no aspecto relacionado à estratégia de formação docente e do trabalho colaborativo, que subjaz esse projeto. Em seu texto, Silva (2010) apresenta um histórico do Centro de Referência do Professor – CRP – que havia sido criado em 1994, mas que, no contexto do chamado “Choque de Gestão” adotado pelo governo Aécio Neves (2003-2010), foi transformado em um Centro Virtual, no ano de 2005 – segundo Silva, para atender aos anseios do “Estado para Resultados”, perspectiva do governo mineiro naquele momento. Para Silva (2010), a criação do CRV representa a modernização do aparelho estatal, ou seja,

[...] tudo que não se colocasse aderente a essa concepção gerencial foi visto como obsoleto, ineficiente e inadequado. Assim, o encerramento das atividades do CRP se materializou sem que a perspectiva da integração de opções e espaços tecnológicos diferentes ou de coexistência do espaço físico com o espaço virtual pudesse ser examinada compreensivamente. (SILVA, 2010, p. 28).

De acordo com a SEEMG, o CRP, transformado em CRV no ano de 2005, “[...] favorece a formação continuada do educador ampliando sua capacidade de utilização das novas tecnologias da informação e comunicação nos processos de ensino aprendizagem.” (SEEMG, 2009b, p. 1). Dentre os princípios do CRV destaca-se “[...] a formação de gerações de educadores conscientes da importância da interface entre educação e comunicação para o desenvolvimento de sua criatividade e seu constante aperfeiçoamento.” (SEEMG, 2009b, p. 2).

Alguns coordenadores e coordeadoras de GDP, ao serem questionados(as) sobre o CRV, responderam que não o utilizam por motivos diversos: falta de tempo, pouca intimidade com a ferramenta, pensam que ele não ajuda na prática pedagógica, as atividades do centro não correspondem à realidade das escolas; entre outros. Houve quem se lembrasse da criação do CRV, considerando-o ferramenta muito rica:

[...] Então, o CRV foi criado, eu trouxe isto, ajudei muito os professores, ensinei... aquele CRV é muito rico... nossa!!! É muito rico. Ele tem tudo... tem experiências, tem planejamentos... ele é maravilhoso! E muitos professores, hoje, usam o CRV. (C4).

Outros(as) relataram que há problemas no site, mas que, no entanto,

conseguem utilizá-lo:

Eu, em termos de postar conteúdos lá, nunca fiz isto. Utilizar os conteúdos que estão disponíveis lá, isto eu faço até com regularidade. Já entrei nos fóruns de debates, o problema é que a gestão do site, dos fóruns, ela é precária. As pessoas que são responsáveis por serem mediadoras no site deixam a desejar; elas não conseguem segurar a discussão. Acho que é um problema de como a secretaria de educação faz a gestão do CRV. (C33).

Essa fala condiz com aquilo que Silva (2010) afirma sobre o uso dos portais eletrônicos. Para além da gestão, Silva ainda coloca outros questionamentos quanto ao uso desse recurso, de maneira geral, pelos docentes. Para Silva (2010):

[...] também pouco se conhece sobre o que pensam e sabem os gestores de portais eletrônicos em relação aos resultados obtidos com o uso dessa ferramenta na promoção da formação docente, do trabalho docente colaborativo e do desenvolvimento local, e sobre como agem na busca das condições necessárias para que o uso desse recurso tecnológico seja bem-sucedido com relação aos propósitos anunciados. (SILVA, 2010, p. 16).

Ainda há aqueles(as) coordenadores(as) para quem o CRV significou uma revolução em termos de utilização de tecnologias, como por exemplo, para C35, que nos diz:

O conhecimento de novas tecnologias, por exemplo, esta questão de usar o CRV, muitos professores não tinham o conhecimento do uso da internet para contribuir com sua prática. Eles não usavam, então ter acesso a aquele banco de informações, de questões, de materiais de apoio, contribuiu muito para a prática do professor. (C35).

A SEEMG, em consonância com os documentos editados pelos organismos internacionais, na área da educação, enfatiza o uso das tecnologias na educação como fator capaz de promover mudanças qualitativas na educação. Em documento que apresenta o projeto Escolas em Rede, a secretaria é enfática em dizer que não há alternativas para os(as) educadores(as); as “novas tecnologias” são uma realidade e esses(as) devem se adequar no sentido de utilizá-las. As tecnologias são vistas como fator preponderante para o processo de inovação que se iniciaria.

Hoje, a questão que está colocada para os educadores não é se devem ou não introduzir as novas tecnologias na educação, mas

como devem fazê-lo, ou seja, de que modo essas tecnologias poderão contribuir efetivamente para a inovação e o desenvolvimento da atividade educacional. (SEEMG, 2007a, p. 2).

A secretaria ressalta ainda, nesse mesmo documento, que o uso das tecnologias estaria a serviço da aprendizagem e não como fator determinante da mesma; ou seja, estaria subordinada ao modo como o(a) aluno(a) aprende e se desenvolve. Confluindo para o que tem sido denominado de “Sociedades em redes⁵”, com o intuito de desenvolver uma cultura do trabalho em rede nas escolas estaduais mineiras e incorporar as novas tecnologias ao trabalho educativo, além de contribuir com o processo de desenvolvimento profissional e, por conseguinte, com a profissionalização dos professores “[...] em função das facilidades de acesso às informações e recursos que as novas tecnologias possibilitam.” (SEEMG, 2007a, p. 25).

Para De Rossi (2005), a utilização do termo inovação ganhou destaque nas reformas implementadas, principalmente a partir dos anos 90 do século XX. No entanto, a autora considera que as inovações somente ocorrem quando os sujeitos da escola são convencidos a realizar essas inovações, não bastam os ordenamentos legais, é necessária a participação dos(as) educadores(as). A autora afirma que,

As inovações que se introduzem no sistema formal de educação resultam de coalizões negociadas, explícita ou implicitamente, com os sujeitos da escola. As inovações e mudanças mais substantivas ocorreram ao longo da história pelas vias menos formais, na cultura escolar, no processo de construção de experiências e de projetos pedagógicos alternativos. (DE ROSSI, 2005, p. 948).

O termo inovação vem ganhando espaço na área educacional, estando quase sempre relacionado ao processo de desenvolvimento econômico do país via qualidade da educação. Atendendo aos anseios neoliberais apontados, em especial, pelas agências multilaterais de financiamento, os governos vêm adotando medidas, em sua maioria regulatórias, no sentido de implementarem as orientações do capital mundial, com vistas ao aumento da produção por meio do desenvolvimento de novas tecnologias.

Esse incentivo à busca pela inovação ganhou eco ao longo desses anos, o que pode ser verificado no Plano Decenal da Educação do Estado de Minas Gerais

(PDEMG) para o período de 2011 a 2020 (LEI 19.481, de 12 de janeiro de 2011); que institui dez ações estratégicas para a formação e valorização dos profissionais de educação básica, e dentre elas destacamos:

Desenvolver e implementar programas permanentes de formação continuada, em serviço, para profissionais de educação básica, visando ao aperfeiçoamento profissional, à atualização dos conteúdos curriculares e temas transversais, **à utilização adequada das novas tecnologias de informação e comunicação** e à formação específica para atuação em todos os níveis e modalidades de ensino; [...]

Implementar, em até dois anos, programa de **aquisição de computadores** e outros materiais para o uso dos profissionais de educação básica das escolas públicas [...] (MINAS GERAIS, 2011a, p. 12, grifos nossos).

Para cumprir com essas ações, a SEEMG editou o Decreto nº 45.849, de 27 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a organização da SEEMG, e criou na estrutura orgânica da secretaria a Diretoria de Tecnologias aplicadas à Educação, que tem por finalidade, dentre outras,

[...] oferecer aos profissionais da educação da rede estadual um sistema de apoio à atividade docente, baseado nas modernas tecnologias de comunicação e informação, visando a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem no âmbito da educação básica em Minas Gerais. (SEEMG, 2011b, p. 14).

Ou seja, em termos de ordenamentos legais, a SEEMG tem promovido a “revolução tecnológica”, introduzindo nas escolas estaduais mineiras, por meio da utilização de computadores, a inovação tecnológica. Os(as) coordenadores(as) de GDP foram “obrigados(as)” a saberem manusear esse equipamento, não somente no sentido de utilizá-lo como ferramenta pedagógica, mas também, como instrumento de comunicação entre a escola e os(as) orientadores(as) de Belo Horizonte, além de terem que aprender a “construir um *Blog*” e “alimentá-lo”. As falas abaixo são ilustrativas nesse sentido.

Cada GDP, a partir do 2º ano, tinha um blog. E nesse blog nós trocávamos informação com o estado todo. Cada GDP tinha um blog na secretaria. E nesse blog trocávamos ideias com todos os outros GDP, não só os da mesma área, mas com os de áreas diferentes. Era uma coisa rica, os participantes também podiam acessar, mas, poucos acessavam. Era uma época em que internet ainda não era quase que uma obrigação, hoje todos tem internet, em 2003, 2004

eram poucas as pessoas que tinham acesso à internet. Mas, as discussões eram muito interessantes. Tudo o que produzíamos, colocávamos no blog, e era assunto em pauta... discussão com todos os grupos. (C5).

[...] é mais um canal de comunicação muito bom, tem muito material legal, tem muitos vídeos postados, dá para passar... é um meio econômico, sem gasto algum, quase, e bastante eficaz, usou-se e usamos muito o blog. (C7).

Tivemos que mexer com blog, uma coisa que eu não estava acostumado e tive que aprender... [...] (C38).

Para a maioria dos(as) coordenadores(as) de GDP o envolvimento com o PDP possibilitou uma oportunidade de aprender a usar o computador, as ferramentas da internet e outros similares. Nos manuais de orientação do PDP vinham instruções de como utilizar as três principais ferramentas de comunicação na web: A Área de Trabalho Orientado (ATO); o Sistema de Blogs para Projetos Educacionais (SBPE) e o webmail.

O ATO foi a primeira ferramenta utilizada no âmbito do PDP, nesse ambiente os(as) coordenadores(as) preenchiam os formulários e as tarefas coletivas para serem enviadas para os(as) orientadores(as) em Belo Horizonte. De acordo com a SEEMG “[...] é uma ferramenta utilizada para levantamento de dados sobre o projeto, criação e preenchimento de formulários para avaliação e acompanhamento das atividades realizadas pelos participantes do PDP ao longo do ano.” (SEEMG, 2010, p. 46). Inclusive em 2004, foi desenvolvido e preparado pela Diretoria de Capacitação de Recursos Humanos da SEEMG um “Guia de navegação no site do Projeto de Desenvolvimento Profissional de Educadores”, para os(as) técnicos(as) das diversas Superintendências Regionais de Ensino para que esses(as) pudessem auxiliar os(as) coordenadores(as) de GDP no cumprimento das tarefas que eram todas *online*.

O SBPE foi utilizado a partir de 2007 como uma forma de comunicação entre os(as) participantes do projeto, sendo que oportunizava também a participação efetiva da comunidade em geral, que poderia acompanhar e avaliar os resultados dos projetos; podendo contribuir com sugestões por meio de comentários registrados nos *Blogs*. De acordo com a SEEMG:

O SPBE é um sistema para criação de webpages no formato de blog. Por meio de relatos enriquecidos com imagens, arquivos anexos e links, os educadores podem divulgar nesse sistema os trabalhos realizados nas escolas, criando o hábito de registro, participando de

uma rede de trocas de experiências e constituindo-se como produtores de conhecimento. (SEEMG, 2010, p. 7).

Para alguns coordenadores e algumas coordenadoras, esse sistema à distância por vezes se tornava mais um problema, pois as escolas, apesar da promessa da secretaria, não foram equipadas rapidamente com computadores ligados à internet. Então o(a) coordenador(a) tinha que solucionar esse problema, por vezes utilizando-se de *lan houses*. O trabalho então era feito “Fora da escola, em lan house, tínhamos que irmos e postarmos os trabalhos, postarmos o próprio projeto, nós tínhamos que fazer todo o trabalho em lan house; pagávamos aquela hora para enviarmos” (C1). Com relação à avaliação do blog foi dito que “O nosso blog ficava sempre muito bem organizado, era sempre elogiado, mas eu penava para fazer as coisas, tirar as fotos, enviar as fotos... mas nunca atrasei com as tarefas.” (C11). O *webmail* é:

[...] o provedor de correio eletrônico institucional. Nesse sistema foram criados endereços eletrônicos para Orientadores e Coordenadores. Caso Orientadores e Coordenadores desejem trocar mensagens de caráter pessoal - **que não podem ser expostas publicamente em seus blogs** -, deverão utilizar os endereços do *webmail*. Orientadores e Coordenadores devem acessar o correio do *webmail* **pelo menos duas vezes por semana**. (SEEMG, 2010, p. 4, grifos no original).

A respeito do *webmail* foi falado que:

Tínhamos textos que eram enviados, nós respondíamos as questões propostas e eu enviava tudo via e-mail ou pelo blog. Eu anexava todas as atividades e tudo o que era produzido. (C23).
Então nos comunicávamos muito através de emails, através do blog, que era por onde nós mais nos comunicávamos. (C31).

Esse processo vivenciado pelos/as coordenadores/as de GDP, numa formação continuada em serviço e a distância, acabou por reconfigurar o trabalho docente, que teve que se adaptar a essa nova maneira que a SEEMG adotou para as suas formações. As falas dos(as) coordenadores(as) apontam para uma intensificação do trabalho docente, que muitas vezes foi realizado fora do horário, em casa, mais uma sobrecarga para os(as) professores(as).

Era tudo online... a escola em si oferecia, mas às vezes nós não conseguíamos inserir todos os dados a tempo, na escola nós

tínhamos cinco grupos de GDP, e às vezes nós passávamos o sábado e o domingo inserindo os dados e às vezes o sistema muito lento... caía a internet... (C3).

Foi bastante difícil esse período porque o site muitas vezes travava; havia prazos estipulados para desenvolver cada etapa do projeto. Então o coordenador tinha que ficar horas e horas, às vezes de madrugada, às vezes finais de semana, para conseguir enviar as tarefas que eram solicitadas. E também, uma das dificuldades, por serem muitas pessoas, nem sempre as atividades eram enviadas para o coordenador do grupo em tempo hábil para ser postado. (C14).

A infraestrutura era simplesmente a da própria escola. O que observávamos é que sempre teve problemas e que problemas vão continuar ocorrendo, sempre tendo que solucionar. Tem internet na escola? Tem, mas, às vezes caía a rede, às vezes os computadores estavam estragados... e o que acabava ocorrendo? Como nós tínhamos prazos para cumprir, acabávamos fazendo isto com os próprios recursos também. Usando a internet de casa, o computador de casa... (C38).

A finalidade de consolidar a cultura do uso das tecnologias, principalmente o computador, parece ter atingido os resultados esperados pela secretaria de educação, pelo menos dentro do PDP. Os(as) coordenadores(as) aprenderam a usar as ferramentas que foram disponibilizadas pela secretaria, mas não tiveram outra alternativa. Para que o GDP continuasse funcionando era necessário a utilização dessas ferramentas, pois era o meio disponível para comunicarem com a secretaria e com os(as) orientadores(as) de Belo Horizonte.

Conclusão

Pode-se afirmar que historicamente a SEEMG tem pautado a formação continuada em serviço de professores(as), hegemonicamente, em cursos a distância, formando facilitadores(as) que posteriormente deveriam repassar às suas escolas, e muitas vezes sem respeitar as necessidades de cada realidade escolar. Apesar dos documentos oficiais afirmarem o contrário, isso foi identificado no processo vivenciado pelos(as) coordenadores(as) de GDP.

Concordamos com a visão de Augusto (2012), quando aponta que, objetivando a melhoria da qualidade e a redução dos custos do serviço público, o governo de Minas Gerais (com um perfil tecnocrático e adoção de estratégias gerenciais), por meio do “Choque de Gestão”, adotou ações de racionalização de processos, modernização de sistemas, reestruturação do aparelho do Estado e avaliação institucional e individual. Para conseguir tal intento, o governo retomou a

parceria com o BM, que foi o grande financiador do projeto de reestruturação do Estado.

A racionalização se apresenta, principalmente, pelo uso das TICs, do efeito multiplicador, em cascata, para diminuir gastos e obter os resultados pactuados, gerando economia e ao mesmo tempo propiciando que os(as) coordenadores(as) fossem supervisionados(as) à distância, pelo *blog*, pelo *webmail* e pelos trabalhos que tinham prazos para serem postados no ATO.

Acreditamos também que todo esse processo de mobilização em torno da inovação está articulado e vinculado à criação de uma nova sociabilidade do(a) educador(a), preparando-os(as) para as mudanças em curso. A SEEMG, já no ano de 2005, propugnava que,

Projetos de inovação, que afetam mais profundamente a estrutura estabelecida, não se realizam sem provocar mudanças substantivas nas práticas e nas concepções existentes, pois determinam uma forte pressão em direção a rupturas com a cultura institucional vigente. Ao tentar produzir mudanças dessa natureza, tais processos de inovação revelam sua complexidade. Em razão disso, as mudanças precisam ser pensadas de forma global, embora devam ser implementadas progressivamente e cuidadosamente. Mas, a proximidade de resistências não deve ser vista como uma ameaça ao projeto de inovação. Ao contrário, é preciso ter claro que o desenvolvimento pessoal e profissional, no contexto do processo de mudança é condição necessária para sua realização e efetiva consolidação. (SEEMG, 2005, p. 22).

A justificativa para a defesa da tecnologia e da inovação está vinculada às ideias de managerialismo ou gerencialismo. Como afirma Gewirtz, no âmbito do quadro managerialista:

[...] os professores serão apenas autorizados a exercer seu juízo e a serem inovadores dentro de limites muito restritos. Em particular, eles precisam mostrar que qualquer inovação conduz a resultados mensuráveis – à melhoria dos resultados dos exames. (GEWIRTZ, 2002, p. 133).

A partir do que foi exposto, podemos afirmar que no governo Aécio Neves são acirrados os elementos do gerencialismo, com forte presença dos sistemas empresariais. Há uma ênfase nas relações individuais mediante “novas” técnicas gerenciais, ou seja, a retomada da Gerência da Qualidade Total e a implantação da “gerência de recursos humanos” (GEWIRTZ; BALL, 2005). Além de uma

reconfiguração do trabalho docente marcado por processos que resultaram numa intensificação desse trabalho.

Notas

* Marina Ferreira de Souza Antunes é doutora em educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professora efetiva do curso de graduação em Educação Física da UFU - Universidade Federal de Uberlândia. Conselheira do Conselho Municipal de Educação de Uberlândia. E-mail: marina.antunes@ufu.br

¹ Conforme prevê o Termo de Livre Consentimento assinado no momento da coleta de dados.

² Essa secretaria passou a ocupar o lugar e as funções administrativas de duas outras secretarias: Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral e Secretaria de Recursos Humanos e Administração. Para o comando dessa secretaria foi designado o professor de economia da UFMG Antônio Augusto Junho Anastasia, que foi um dos mentores do Projeto “Choque de Gestão”, e que ao final do segundo mandato do governo Aécio Neves o sucedeu no Palácio da Liberdade, para o período de 2011 - 2014.

³ Os elaboradores do projeto entendem por governança ou governo eletrônico “[...] a utilização das tecnologias da informação e comunicação, especialmente a internet, para solidificação de canais de comunicação, entre a administração pública e a sociedade, que auxiliem na elaboração, acompanhamento e avaliação de políticas públicas. Além disso, é uma importante ferramenta para melhoria da gestão e transformação das atividades da administração pública. Considerando as relações governamentais, o governo eletrônico se define pelas interações do governo com cidadãos (sociedade em geral), empresas, investidores e com o próprio governo. [...] o governo eletrônico pode ser identificado pelas funções desempenhadas, como prestação eletrônica de informação e serviços, ensino à distância, regulação das redes de comunicação estatais, prestação de contas, compras e contratações pela internet, dentre outras.” (LAIA, 2006, p. 270 e 271).

⁴ De acordo com o site da SEEMG, “O nome fantasia MAGISTRA, no feminino, pode ser associado à denominação de uma escola, tanto por ser este também um substantivo feminino como pela condição do gênero fundamental do magistério no Brasil, que se compõe de um contingente predominantemente feminino. Associa-se, ainda, a essa ideia a figura de referência materna que indica a ordem e a regra na formação da personalidade do ser humano. A ordem, no que se refere à escola, consolida-se na fraternidade e na colaboração, sendo que cada educador é um membro do coletivo. Por sua vez, esse coletivo se amplia permanentemente pela adesão a uma ideia e se constitui em um processo contínuo. Assim, a ordem oferece um caminho, um mapa possível para se seguir em frente. A regra, contudo, ensina e transmite um magistério. Identifica possibilidades de um caminho. Ensina como proceder em diferentes caminhos.” (SEEMG, 2012).

⁵ Termo utilizado por Castells (1999) para designar o momento que estamos vivendo, onde as redes “[...] são a essência tanto da economia, quanto da sociedade”, de acordo com nota de rodapé do documento.” (SEEMG, 2007a, p. 3).

Referências

ANASTASIA, Antônio Augusto Junho. Antecedentes e Origem do Choque de Gestão. In: VILHENA, R. M. P. et al. (Org.). **O Choque de Gestão em Minas Gerais: políticas de gestão pública para o desenvolvimento**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 13 – 20.

AUGUSTO, Maria Helena. Regulação educativa e trabalho docente em Minas Gerais: a obrigação de resultados. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 03, p. 695-709, jul./set. 2012.

DE ROSSI, Vera Lucia Sanbogi. Mudança com máscaras de inovação. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 935-957, Especial - Out. 2005.

GEWIRTZ, Sharon; BALL, Stephen. Do modelo de gestão do “Bem-Estar Social” ao “novo gerencialismo”: mudanças discursivas sobre gestão escolar no mercado educacional. In: BALL, S. J. ; MAINARDES, J. (Orgs.) **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011, p. 193-221.

LAlA, Marconi Martins de. Governança eletrônica. In: VILHENA, R. M. P. et al. (Org.). **O Choque de Gestão em Minas Gerais: políticas de gestão pública para o desenvolvimento**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 269 – 281.

MINAS GERAIS. Lei nº 19.481, de 12 de janeiro de 2011. Institui o Plano Decenal da Educação do Estado de Minas Gerais (PDEMG) para o período de 2011 a 2020. **Diário do executivo**. Belo Horizonte, MG, 13 jan. 2011a.

_____. Lei delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2001. Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. **Diário do Executivo**. Belo Horizonte, MG, 8 ago. 2011b.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. **Manual dos Grupos de Desenvolvimento Profissional**, Belo Horizonte, MG, 2005.

_____. **Relatório Final do PROJER (2004-2006)**, Belo Horizonte, MG, 2006.

_____. **Educação, Tecnologia e Desenhos Curriculares**. Escolas em Rede. Inclusão digital na escola pública de Minas. Belo Horizonte, MG, 2007a.

_____. **Constituição do Estado de Minas Gerais**. 5 de outubro de 2007. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2007b.

_____. Decreto nº 44.959 de 24 de novembro de 2008. Estabelece Normas para o Credenciamento, pela Secretaria de Estado de Educação, de instituições prestadoras de serviços educacionais de ensino superior na área de capacitação de educadores para integrar a rede mineira de formação de educadores da rede pública. **Diário do executivo**. Belo Horizonte, MG, 25 nov. 2008.

_____. **Esclarecimento aos professores da rede estadual de ensino de Minas Gerais**. 2009a. Banco de notícias. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/imprensa/noticias/1331>> Acesso em: 25 jan. 2012.

_____. **Programa de Desenvolvimento Profissional**. 2009. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/index.php>> Acesso em: 10 ago. 2009b.

_____. **Tutorial PDP Unificado**. Belo Horizonte, 2010.

_____. **Edital de Credenciamento nº 003** de 21 de junho de 2011. Escola de

formação e Desenvolvimento profissional dos Educadores. Belo Horizonte, 21 jun. 2011a.

_____. Decreto nº 45.849, de 27 de dezembro de 2011. Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Educação. **Diário do Executivo**. Belo Horizonte, MG, 28 dez. 2011b.

_____. **Estrutura da Escola de formação e desenvolvimento Profissional de Educadores**. Disponível em: <www.educacao.gov.br>. Acesso em: 9 nov. 2012.

SILVA, L. A. da. **Formação docente continuada, trabalho docente colaborativo e desenvolvimento local**: desafios aos portais educacionais. 2010. 264 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local) – Instituto de Educação Continuada, Pesquisa e Extensão, Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, 2010.

VILHENA, R. M. P.; MARTINS, H. F.; MARINI, C. Fundamentos do Choque de Gestão: introdução. In: VILHENA, R. M. P. et al. (Org.). **O Choque de Gestão em Minas Gerais**: políticas de gestão pública para o desenvolvimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 21-42.

Recebido em: agosto de 2015.

Aprovado em: novembro de 2015.